

INSTITUTO  
SEGURANÇA  
SOCIAL

Porto

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DAS  
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE  
SOLIDARIEDADE SOCIAL

ANO DE

2018

DENOMINAÇÃO: CENTRO SOCIAL DO BARREDO

MORADA: Rua de São Nicolau

N. 2 ANDAR LOCALIDADE Porto

FREGUESIA São Nicolau

CONCELHO Porto

COD. POSTAL 4050-561

EM

(Assinatura do Contabilista Certificado)

A DIREÇÃO:

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

DATA:

Porto, 28-3-19.

Porto, 28.03.2019.

ASSINATURAS:

*Juliana Alves*  
*Paula V. Jesus*  
*Luísa Estêvão Teixeira*

ASSINATURA DO PRESIDENTE

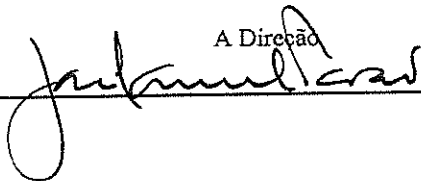
*António do Carmo Silva*

CENTRO SOCIAL DE BARREDO  
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

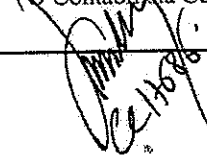
Contribuinte : 500845573  
Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2018	31 DEZ 2017
<b>ACTIVO</b>			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	3 099,07	3 226,76
Investimentos financeiros	10.15	1 060,26	759,23
		4 159,33	3 985,99
<b>Activo corrente</b>			
Inventários	5	64,02	67,75
Créditos a receber	10.1	110,73	834,26
Estado e outros entes públicos	10.7	2 435,75	1 573,10
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	10.14	190,00	125,00
Diferimentos	10.3	616,86	631,94
Outros ativos correntes	10.2	6 641,26	8 817,96
Caixa e depósitos bancários	10.4	192 143,67	219 991,43
		202 202,29	232 041,44
		206 361,62	236 027,43
<b>Total do ativo</b>			
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Resultados transitados	10.5	159 885,29	180 712,47
		159 885,29	180 712,47
Resultado líquido do período		-23 328,57	-20 827,18
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		136 556,72	159 885,29
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	10.6	7 183,36	6 992,00
Estado e outros entes públicos	10.7	9 083,82	14 229,87
Outros passivos correntes	10.8	53 537,72	54 920,27
		69 804,90	76 142,14
		69 804,90	76 142,14
<b>Total do passivo</b>		69 804,90	76 142,14
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		206 361,62	236 027,43

A Direção



Contabilista Certificado



CENTRO SOCIAL DE BARREDO  
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS  
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Contribuinte 500845573

Moeda EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 018	2 017
Vendas e serviços prestados	6	47 883,26	47 216,05
Subsídios, doações e legados à exploração	10.9	412 676,07	412 186,73
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	5	-7 107,00	-13 446,64
Fornecimentos e serviços externos	10.10	-68 399,09	-63 639,55
Gastos com o pessoal	8	-393 918,58	-392 113,02
Outros rendimentos	10.11	1 912,89	2 008,69
Outros gastos	10.12	-15 260,57	-11 751,06
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>-22 213,02</b>	<b>-19 538,80</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-1 107,16	-1 141,60
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>-23 320,18</b>	<b>-20 680,40</b>
Juros e gastos similares suportados	10.13	-8,39	-146,78
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>-23 328,57</b>	<b>-20 827,18</b>
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-23 328,57</b>	<b>-20 827,18</b>

A Direção

O Contabilista Certificado

CENTRO SOCIAL DE BARREDO  
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2018	2017
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</b>			
Recebimentos de Clientes e Utentes		47 595,74	46 574,86
Pagamentos a fornecedores		-80 001,97	-103 776,59
Pagamentos ao pessoal		-258 497,75	-256 249,92
Caixa gerada pelas operações		-290 903,98	-313 451,65
Outros recebimentos/pagamentos		250 367,99	284 729,36
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-40 535,99	-28 122,29
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		-1 080,49	0,00
Investimentos financeiros		-294,61	0,00
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Juros e rendimentos similares		1 888,89	1 035,22
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		513,79	1 035,22
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Doações		12 182,83	2 504,16
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Juros e gastos similares		-8,39	-146,78
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		12 174,44	2 357,38
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>			
Caixa e seus equivalentes no início do período		-27 847,76	-25 329,69
Caixa e seus equivalentes no fim do período		219 991,43	245 297,12
		192 143,67	219 991,43

A Direcção

O Contabilista Certificado

# **CENTRO SOCIAL DO BARREDO**

**Anexo às Demonstrações Financeiras de 2018**

## Índice

1	Identificação da Entidade .....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras .....	3
3	Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros .....	3
3.1	Bases de Apresentação .....	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração .....	6
4	Ativos Fixos Tangíveis .....	10
5	Inventários .....	10
6	Rédito .....	11
7	Subsídios do Governo e apoios do Governo .....	11
8	Benefícios dos empregados .....	11
9	Divulgações exigidas por outros diplomas legais .....	12
10	Outras Informações .....	12
10.1	Créditos a receber .....	12
10.2	Outros ativos correntes .....	12
10.3	Diferimentos .....	13
10.4	Caixa e Depósitos Bancários .....	13
10.5	Fundos Patrimoniais .....	13
10.6	Fornecedores .....	14
10.7	Estado e Outros Entes Públicos .....	14
10.8	Outros passivos correntes .....	14
10.9	Subsídios, doações e legados à exploração .....	14
10.10	Fornecimentos e serviços externos .....	15
10.11	Outros rendimentos .....	15
10.12	Outros gastos .....	15
10.13	Resultados Financeiros .....	15
10.14	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros .....	16
10.15	Investimentos Financeiros .....	16
10.16	Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados .....	16
10.17	Acontecimentos após data de Balanço .....	17



## **1 Identificação da Entidade**

O CENTRO SOCIAL DO BARREDO é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Instituição Particular de Solidariedade Social” com estatutos publicados no Diário da República n.º 185, Série III, com sede em Rua de São Nicolau, 2 - Porto.

Tem os seguintes objetivos:

- Contribuir para a promoção social da freguesia de São Nicolau, no concelho do Porto, bem como em toda a medida do seu poder, para toda a população necessitada de qualquer outra freguesia da zona a que possa valer;
- Propõe-se manter Creche para as crianças mais necessitadas da área, Jardim de Infância com semi-internato, Salas de Estudo para a valorização da juventude, Atividades de Tempos Livres e Posto Médico, com consultas médicas e enfermeira assistente.

## **2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras**

Em 2018 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de Março alterado pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de Junho. No Anexo I do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria nº 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria nº 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI)

## **3 Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:



### **3.1 Bases de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

#### **3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

#### **3.1.2 Continuidade:**

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

#### **3.1.3 Compreensibilidade**

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

#### **3.1.4 Relevância**

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

#### **3.1.5 Materialidade**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para





Justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### **3.1.6 Fiabilidade**

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

### **3.1.7 Representação Fidedigna**

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

### **3.1.8 Substância sobre a forma**

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

### **3.1.9 Neutralidade**

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

### **3.1.10 Prudência**

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

### 3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

### 3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

## 3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

### 3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

### 3.2.2 Activos Fixos Tangíveis

Os "Activos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridos, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Equipamento básico	6 anos
Equipamento administrativo	6 anos
Equipamento informático	5 anos

### 3.2.3 Investimentos Financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.



Em termos contabilísticos, as comparticipações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço dessa entidade, atendendo às características do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes.

De acordo com as características do FCT, a entidade empregadora detém o controlo económico dessas entregas, pois tem o direito legal de ser reembolsada do respetivo montante no momento da cessação do contrato de trabalho, independentemente de pagar ou não uma indemnização ao trabalhador.

Esse direito legal de obter dinheiro do FCT determina que as contribuições para esse fundo devam ser reconhecidas como um ativo financeiro, pois resultam de um direito contratual de vir a receber dinheiro.

O ativo financeiro referente às comparticipações do FCT deve ser mensurado pelo custo, devido a não cumprir as condições para mensuração ao custo amortizado (não tem maturidade definida nem pode ser pago à vista) ou ao justo valor (não é um ativo financeiro detido para negociação, nem instrumento de capital próprio com cotação em mercado regulamentado).

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) implica uma comparticipação de 0,925% sobre o salário base e diuturnidades, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal.

O FCT é acionado pelas entidades empregadoras. Como medida de apoio às entidades patronais, as contribuições para o FCT podem ser reembolsadas como forma de apoio financeiro ao pagamento das indemnizações por cessação dos contratos de trabalho dos empregados.

Esse reembolso irá corresponder ao montante entregue para o fundo, individualizado pelo respetivo trabalhador com cessação do contrato de trabalho, adicionado de eventual ganho gerado pela capitalização desse montante no fundo.

No entanto, se a cessação do contrato não implicar qualquer pagamento de compensação ao trabalhador, o reembolso das respetivas contribuições efetuadas para o FCT (e eventual ganho por valorização no fundo) reverte para a entidade patronal.

#### **3.2.4 Inventários**

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

### 3.2.5 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

#### Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados ou membros, que se encontrem com saldo no final do período, se tenham vencido, e possam ser exigidas pela entidade estão registados no activo pela quantia realizável.

#### Créditos a receber e outros ativos correntes

Os "Créditos a receber" e os "Outros ativos correntes" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

#### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outros passivos correntes" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

### 3.2.6 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados, que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

### 3.2.7 Impostos Sobre o Rendimento

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas.

#### 4 Ativos Fixos Tangíveis

##### Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2017	Adições	Abate	Transferência	31-12-2018
Equipamento Básico	4 298,92	390,25			4 689,17
Equipamento Administrativo	51 492,66	589,22			52 081,88
Outros Activos Fixos Tangíveis	76 679,81				76 679,81
<b>Activo Tangível Bruto</b>	<b>132 471,39</b>	<b>979,47</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>133 450,86</b>
Depreciações Acumuladas					
Equipamento Básico	3 732,85	361,88			4 094,73
Equipamento Administrativo	48 831,97	745,28			49 577,25
Outros Activos Fixos Tangíveis	76 679,81	0,00			76 679,81
<b>Depreciações Acumuladas</b>	<b>129 244,63</b>	<b>1 107,16</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>130 351,79</b>
<b>Activo Tangível Líquido</b>	<b>3 226,76</b>	<b>-127,69</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3 099,07</b>

#### 5 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Rubricas	31-12-2018	31-12-2017
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	64,02	67,75
<b>Total</b>	<b>64,02</b>	<b>67,75</b>

No que concerne à quantia de "Inventários" de géneros alimentares reconhecida como gasto durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, detalham-se conforme segue:

Movimentos	2018	2017
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Saldo Inicial	67,75	64,45
Compras	5 038,61	5 316,75
Doações	2 064,66	8 133,19
Saldo Final	64,02	67,75
<b>Gastos do Período</b>	<b>7 107,00</b>	<b>13 446,64</b>

## 6 Rédito

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Rubricas	31-12-2018	31-12-2017
Prestação de Serviços	47 883,26	47 216,05
Quotas do Utilizadores	47 195,26	46 699,05
Quotas e Jóias	688,00	517,00
Juros	1 888,89	1 035,32
Depósitos Bancários	1 888,89	1 035,32
<b>Total</b>	<b>49 772,15</b>	<b>48 251,37</b>

## 7 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2018			2017			
	Natureza	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados
ISS, IP (dotação)	Não Reembolsável			378 844,59			391 717,54
IEFP	Não Reembolsável			4 325,29			3 272,48
Consulado Geral da República Boliviana	Não Reembolsável			191,33			126,82
<b>Total</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>383 361,21</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>395 116,84</b>

## 8 Benefícios dos empregados

São 11 os elementos que compõem os órgãos sociais. Este número manteve-se inalterado durante os anos de 2018 e 2017.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade durante o exercício de 2018 é de 24 e em 2017 foi de 25.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2018	2017
Remunerações ao pessoal	312 519,43	318 359,53
Encargos sobre as Remunerações	66 501,68	64 573,31
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	4 633,70	2 508,53
Outros Gastos com o Pessoal	1 470,63	1 252,90
IEFP	8 793,14	5 418,75
<b>Total</b>	<b>393 918,58</b>	<b>392 113,02</b>

## 9 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 10 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

### 10.1 Créditos a receber

Para os períodos de 2018 e 2017 a rubrica "Créditos a receber" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Clientes e Utentes c/c		
Utentes	110,73	834,26
<b>Total</b>	<b>110,73</b>	<b>834,26</b>

### 10.2 Outros ativos correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" tinha, em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a seguinte decomposição:



Descrição	2018	2017
<b>Fornecedores</b>	<b>19,72</b>	<b>179,21</b>
Adiantamentos a fornecedores	19,72	179,21
<b>Devedores por acréscimos de rendimentos</b>	<b>0,00</b>	<b>0,10</b>
Juros a receber	0,00	0,10
<b>Entidades do Sector Publico Administrativo</b>	<b>6 621,54</b>	<b>7 848,15</b>
IGFSS	6 621,54	7 848,15
<b>Outros devedores e credores</b>	<b>0,00</b>	<b>790,50</b>
Fundação Zona História Porto	0,00	790,50
<b>Total</b>	<b>6 641,26</b>	<b>8 817,96</b>

### 10.3 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
<b>Gastos a Reconhecer</b>		
Seguros	532,06	481,35
Outros - Rendas	84,80	150,59
<b>Total</b>	<b>616,86</b>	<b>631,94</b>
<b>Rendimentos a Reconhecer</b>		
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

### 10.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
<b>Caixa e Depósitos Bancários</b>		
Caixa	832,44	205,69
Depósitos à Ordem	6 311,23	19 785,74
Depósitos a Prazo	185 000,00	200 000,00
<b>Total</b>	<b>192 143,67</b>	<b>219 991,43</b>

### 10.5 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Resultados Transitados	180 712,47		20 827,18	159 885,29
<b>Total</b>	<b>180 712,47</b>	<b>0,00</b>	<b>20 827,18</b>	<b>159 885,29</b>

### 10.6 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
<b>Fornecedores</b>		
Fornecedores c/c	7 183,36	6 992,00
<b>Total</b>	<b>7 183,36</b>	<b>6 992,00</b>

### 10.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
<b>Activo</b>		
IVA - A Recuperar	2 435,75	1 573,10
<b>Total</b>	<b>2 435,75</b>	<b>1 573,10</b>
<b>Passivo</b>		
Retenções na Fonte - IRS	2 098,00	4 670,00
Segurança Social	6 953,39	9 534,39
FCT e FGCT	32,43	25,48
<b>Total</b>	<b>9 083,82</b>	<b>14 229,87</b>

### 10.8 Outros passivos correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
<b>Pessoal</b>	<b>0,00</b>	<b>676,64</b>
Outras operações - penhoras	0,00	676,64
<b>Outras contas a pagar</b>	<b>53 506,97</b>	<b>54 219,63</b>
Remunerações a Liquidar	53 188,61	53 922,40
Outras despesas diferidas	318,36	297,23
<b>Outros credores</b>	<b>30,75</b>	<b>24,00</b>
Outros	30,75	24,00
<b>Total</b>	<b>53 537,72</b>	<b>54 920,27</b>

### 10.9 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2018 e 2017, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2018	2017
Subsídios das entidades públicas	383 361,21	391 717,54
Doações e heranças	29 314,86	20 469,19
<b>Total</b>	<b>412 676,07</b>	<b>412 186,73</b>

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 7.

### 10.10 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e Serviços Externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

Descrição	2018	2017
Subcontratos	26 346,59	24 517,12
Serviços especializados	12 186,88	8 141,33
Materiais	3 930,44	4 490,83
Energia e fluídos	8 570,27	8 737,95
Deslocações, estadas e transportes	1 713,68	1 857,62
Serviços diversos	15 101,94	15 426,48
Encargos com Utentes	549,29	468,22
<b>Total</b>	<b>68 399,09</b>	<b>63 639,55</b>

### 10.11 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Rendimentos suplementares	0,00	790,50
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,95
Outros Rendimentos	24,00	181,92
Juros obtidos	1 888,89	1 035,32
<b>Total</b>	<b>1 912,89</b>	<b>2 008,69</b>

### 10.12 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Dívidas incobráveis	970,05	0,00
Outros	327,35	1 792,40
Apoios concedidos a associados e utentes	13 963,17	9 958,66
<b>Total</b>	<b>15 260,57</b>	<b>11 751,06</b>

### 10.13 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2018	2017
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros Suportados	8,39	146,78
<b>Total</b>	<b>8,39</b>	<b>146,78</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	1 888,89	1 035,32
<b>Total</b>	<b>1 888,89</b>	<b>1 035,32</b>
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>1 880,50</b>	<b>888,54</b>

#### 10.14 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
<b>Activo</b>		
Quotas	190,00	125,00
<b>Total</b>	<b>190,00</b>	<b>125,00</b>

#### 10.15 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2018	2017
<b>Outros investimentos Financeiros</b>		
FCT	1060,26	759,23
<b>Total</b>	<b>1 060,26</b>	<b>759,23</b>

#### 10.16 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano de 2018, foi o seguinte:

- Creche: 40
- Pré - Escolar: 38


### 10.17 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

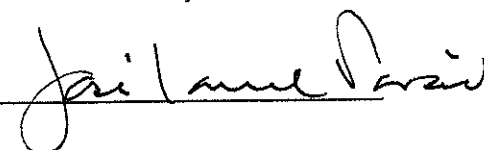
Porto, 31 de Dezembro de 2018

O Contabilista Certificado



---

A Direção



---